

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**AS CRIAÇÕES  
ORIGINAIS  
DO OCIDENTE**

Antonio Paim

Leonardo Prota

Ricardo Vélez Rodriguez

## **SUMÁRIO**

- 1. ONDE SE REVELA  
A ORIGINALIDADE DO OCIDENTE**
  
- 2. A NOVA VALORAÇÃO OCIDENTAL**
  - a) Aspectos históricos**
  - b) A questão religiosa em debate**
  - c) A idéia de predestinação  
como cerne das novas confissões**
  - d) A hipótese de Max Weber**

## **FILME**

## **EXERCÍCIO**

## **1. ONDE SE REVELA A ORIGINALIDADE DO OCIDENTE**

A originalidade do Ocidente irá desabrochar plenamente na Época Moderna. A rigor, a cultura ocidental, como algo de autônomo e diferenciado, é fenômeno da época em que se estrutura o feudalismo na Europa. Este, de fato, resulta do enfrentamento e da derrota do segundo ciclo de invasões bárbaras (ocorrido a partir da segunda metade do século IX e somente derrotado na segunda metade do século X), quando se sedimenta a figura do guerreiro responsável pela segurança de determinado território. Estavam lançadas as bases do surgimento do nobre feudal.

Assim, pode-se dizer que a novidade representada pela cultura ocidental corresponde à fusão do feudalismo com o cristianismo. A cultura ocidental, em processo de formação, iria experimentar, no apogeu da Idade Média, um primeiro ciclo no qual o empenho maior consiste em apropriar-se da herança greco-romana. Ao fazê-lo, entretanto, tem como horizonte princípios religiosos. Tratava-se, na verdade, de incorporar aquela herança ao cristianismo. Somente no Renascimento quando emergem novos pontos de vista é que se configura a diretriz de encontrar um caminho próprio e diferenciado.

As grandes criações da Época Moderna, nas quais não só se expressa a originalidade da cultura ocidental como se revela o seu poder transformador da sociedade, seriam as seguintes:

- ética do trabalho, decorrente da Reforma Protestante
- moral social de tipo consensual e tolerância religiosa.

Essas criações, por sua vez, iriam produzir profundas transformações sociais, a saber:

- Estado Moderno e a subsequente reforma  
que o fez repousar no Governo representativo
- saber científico de índole operativa
- empresa capitalista, impulsionada pela Revolução Industrial
- vida urbana que daria origem a valores até então inexistentes.

Elo fundamental de toda essa mudança profunda é a Reforma Protestante.

Ao correlacionar o nascimento do capitalismo à ética dos puritanos, Max Weber facultou uma grande contribuição no sentido de tornar inteligível todo esse movimento em sua extrema complexidade.

Ao legalizar a riqueza e ao atribuir ao trabalho do homem um sentido --o de erigir na terra uma obra digna da glória de Deus--, a ética protestante permitiu que se aglutinassem aqueles elementos dispersos sem os quais o capitalismo não teria sido possível.

O conhecido filósofo francês Maurice Merleau Ponty (1908/1961) observa que ao engendrar o que Weber denominou de “conduta racional da vida”, o puritanismo criou as premissas para o advento da ciência e da técnica, a formação de um governo baseado em certas regras formais e o florescimento do direito, conjunto este que singulariza o capitalismo em relação às civilizações anteriores.

Escreve: “A história sempre produziu isoladamente um dos dois (o direito em Roma os elementos do cálculo na Índia) sem que se tenham desenvolvido como o fizeram no capitalismo. Seu reencontro confirma, em cada um, os elementos de racionalidade que conduzia. Na medida em que as interações se acumulam, o desenvolvimento do sistema em seu próprio sentido torna-se sempre mais provável. A produção capitalista inclina-se cada vez mais no sentido de um desenvolvimento da técnica e das ciências aplicadas. Entretanto, no ponto de partida, não consistia uma idéia todo poderosa, mas uma espécie de **imaginação da história** que semeia aqui e ali os elementos capazes de ser um dia integrados.” (**Les aventures da la dialectique**, 15ª ed., Paris: Gallimard, 1955, p. 26)

A associação a princípios religiosos, que se verifica na emergência das condições que propiciaram o surgimento do capitalismo, não significa que, nos séculos subseqüentes, se tenha notabilizado por afiançar princípios morais.

Mais uma vez, a criação humana irá revelar-se limitada e conduzente a resultados nem sempre esperados e muito menos desejados.

## **2. A NOVA VALORAÇÃO OCIDENTAL**

### **a) Aspectos históricos**

A mudança social decorre basicamente de alterações na valoração moral. Estas, por sua vez, ocorrem primeiro no plano religioso, do qual depende, em última instância, a constituição da moralidade básica das sociedades.

A discussão de caráter religioso surgiu no século XVI, em pleno Renascimento, tomando um rumo imprevisível, em seu nascedouro. Acabou provocando uma cisão irreversível na Igreja Católica. E, sem que pudesse ter sido prevista pelos personagens que a desencadearam, produziu

impacto, profundamente transformador, em aspecto essencial: a atividade dedicada à produção de bens e serviços.

Na Idade Média estava vedada a grupos sociais importantes. Os integrantes da nobreza não podiam dedicar-se ao comércio ou à gestão empresarial em geral, sob pena de perda das prerrogativas que os distinguiam (foro especial; virtual monopólio de cargos importantes na administração pública e toda sorte de deferências). A regra aplicava-se também ao clero, embora este pudesse burlá-la na medida em que a Igreja, em muitos países, tornara-se grande proprietária de terras.

Afora a proibição indicada, havia uma condenação declarada da riqueza, em que pese o fato de que, como instituição, a Igreja não se furtava em ostentá-la.

A Reforma Protestante iria modificar radicalmente essa situação ali onde acabou sendo adotada. Não se trata de algo de linear. A contrário, corresponde a processo complexo que se estendeu por alguns séculos na Europa.

Para bem situa-la cumpre ter presente estas etapas:

- a divergência no seio da Igreja Romana tinha caráter estritamente religioso;

- assumiu caráter político na medida em que se revelou elemento catalisador do inconformismo, de diversas monarquias e principados, com a estrita subordinação ao Papado, a que estavam sujeitos; -a liderança maior do continente (Carlos V, Imperador do Sacro Império) teve que fazer concessões a fim de manter a região unida no enfrentamento à invasão em grande escala dos muçulmanos, agora

  - representados pelo Império Otomano;

- contida a invasão muçulmana nos Bálcãs, a sobrevivência do luteranismo, na Alemanha, foi decidida militarmente. Os principados alemães que ocupavam aproximadamente o território da parte oriental haviam se organizado numa Liga, legalizado a Igreja Luterana e proibido o culto católico. Reconhecendo a impossibilidade de vencer a seu exército, Carlos V assinou a Paz de Augsburg (1555) introduzindo o princípio segundo o qual os habitantes de determinada área territorial eram obrigados a seguir a religião do monarca (**cuius régio, eius religio**).

Os aspectos antes resumidos serão detalhados nos tópicos a seguir inseridos.

## **b) A questão religiosa em debate**

O iniciador da Reforma Protestante chamava-se Martin Lutero (1483/1546). Monge de formação agustiniana, era professor de teologia na Universidade de Wittenberg.

Em 1517, aos 34 anos, Lutero elaborou um documento que passou à história com a denominação de “95 teses sobre indulgências”.

O incidente prende-se ao seguinte: o arcebispado de Magdenburgo, ao qual estava subordinado, era exercido por um jovem príncipe de 27 anos, Albrecht von Hohenzollen. Como era de praxe na época, ao assumir aquela função episcopal, devia pagar ao Vaticano uma soma considerada elevada (trinta mil florins). Albrecht levantou esse dinheiro junto à casa bancária Fugger, tendo sido autorizado pelo Papa a promover uma coleta de dinheiro entre os fiéis que fosse suficiente: a) para repor o empréstimo; b) para facultar quantia equivalente, a ser encaminhada a Roma, destinando-se à edificação da catedral de São Pedro; e, c) atender às despesas da própria coleta.

Esta ficou a cargo de um dominicano chamado Johan Tetzel, com cerca de 52 anos, que dispunha de uma carruagem, três acompanhantes e um criado. O prazo para levantamento do dinheiro foi fixado em oito anos. O Arcebispo Albrecht foi nomeado Comissário das Indulgências para toda a Alemanha Central.

A **indulgência** era a denominação do perdão de punições impostas pela Igreja a seus fiéis, em decorrência de determinados pecados. O direito canônico facultava tal prerrogativa a prelado eclesiástico, devidamente autorizado pela autoridade competente, como era o caso.

Acontece que dada a magnitude da soma a ser levantada, tratava-se de envolver na campanha a todas as pessoas e não apenas aqueles que tivessem sofrido alguma punição. Além disto, a oferta das indulgências acabou sendo efetivada de forma que, na prática, estava-se vendendo, para usar a expressão empregada por Lutero, “garantia da eterna bemaventurança”.

Dizendo-o em linguagem popular: ingresso de entrada na porta do Céu.

O documento de Lutero corresponde a uma peça teológica de extremo rigor. Santo Agostinho, a quem segue, defendera o livre arbítrio do homem mas subordinando-o à estrita obediência à Igreja. Sem a intervenção da graça, por esta propiciada, o homem não é capaz de escolher o bem

Difundiu uma visão pessimista da pessoa humana, visão que orientou a crítica de Lutero à maneira como estavam sendo vendidas indulgências.

A reação do Vaticano não foi nada benevolente. Em agosto de 1518, instituiu processo contra Lutero. Numa atitude que a seu ver seria conciliatória, redigiu documento específico sobre suas relações com o

Vaticano, no qual proclama o seu empenho em prol da unidade. Mas entremeou-a com uma certa altivez, como se pode ver deste trecho:

“...torna-se evidente, segundo espero, que nada desejo tirar de Roma, como me acusaram meus queridos amigos; se porém não tolero alguns hipócritas, creio que só faço o bem e não pretendo morrer de medo diante de meras bolhas d’água...”.

A resposta do Vaticano, em 1520, consistiu em lançar uma Bula ameaçando-o de excomunhão. A reação de Lutero equivalia a uma ruptura frontal: a dez de dezembro queima publicamente a Bula.

Ainda nesse ano, dirige-se aos príncipes alemães incitando-os a rebelar-se contra Roma e deixar de pagar-lhe tributos.

### **c) A idéia de predestinação como cerne das novas confissões**

O luteranismo estendeu-se rapidamente aos principados do Oeste e do Norte da Alemanha, à Prússia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Consagrando a livre interpretação da Bíblia, surgiram naturalmente diversas vertentes do protestantismo. Entre as mais importantes sobressai o **calvinismo**, devido a Jean Calvino (1509/1546). Tendo organizado um governo de índole ditatorial no pequeno Estado representado pela cidade de Genebra, entre 1541 e 1646, valeu-se da circunstância para popularizar sua doutrina. Enquanto o luteranismo ganhou a adesão do Norte da Europa, o calvinismo penetrou na direção do Ocidente, primeiro na Suíça de língua francesa, depois na própria França, na região que depois constituiria a Holanda e, finalmente na Escócia, onde deu nascimento à Igreja Presbiteriana.

Vertente importante adviria do rompimento, com o Papado, de Henrique VIII (1491/1547), cujo reinado iniciou-se em 1509. Em consequência desse rompimento, o Parlamento inglês votou, em 1534, uma disposição tornando-o chefe da Igreja, que passa a denominar-se Anglicana. A organização efetiva da nova Igreja seria obra de Elisabete I, que reinou de 1538 a 1603.

Outra confissão que igualmente se destacaria, no conjunto, veio a ser o **metodismo**, surgido na Inglaterra e que encontraria grande receptividade nos Estados Unidos.

Cabe referir a situação singular experimentada pela Inglaterra. Diante do fato de que a Escócia era parte do Reino Unido, a monarquia teve que conviver com duas religiões então oficiais: Anglicana e Presbiteriana. A par disto, embora tivesse ao calvinismo como núcleo dogmático, na forma exterior a Igreja Anglicana preservou a estrutura da Igreja católica, inclusive as denominações dos diversos cargos e funções. Esse fato daria nascedouro a diversas confissões protestantes que

receberam a denominação genérica de **dissenters**, denominação que seria popularizada como **puritanos**, na medida em que aspiravam “purificar” o anglicanismo.

Em que pese essa diversidade de confissões, o país tornou-se predominantemente protestante. O elemento unificador dessa enorme variedade seria a doutrina da **predestinação**. Consistia no postulado de que a determinação de quem seria salvo correspondia a uma decorrência do arbítrio da divindade. Ao adepto da Reforma não restava outra alternativa senão cumprir a lei moral.

Essa nova interpretação do texto bíblico, aventada por Lutero, seria amplamente desenvolvida por Calvino. Afirmaria que “Deus não atribui indiferentemente a sua Graça a todo mundo, mas dá a uns o que nega aos outros”.

Embora haja afirmado que seria um sacrilégio terrível e grande ofensa a Deus averiguar mais profundamente essa questão, o desenvolvimento ulterior da teologia protestante iria deter-se nesse aspecto. Não só à busca de interpretações mais atenuadas dessa disposição do calvinismo mas sobretudo da relação entre a realização da obra na terra -- estabelecido que se tratava de uma obrigação que, entretanto, por si só, não salva-- e a possibilidade de que pudesse consistir num indício de salvação.

Richard Baxter (1615/1691) e John Wesley (1703/1791), teólogos protestantes ingleses, iriam afirmar diretamente que aos crentes cabia trabalhar e enriquecer-se posto que, justamente a condição de riqueza irá testa-los na capacidade de resistir ao ócio, violação frontal dos princípios que devem nortear a vida do verdadeiro crente. Ambos acham-se associados ao **metodismo**.

#### **d) A hipótese de Max Weber**

A hipótese de que se trata diz respeito ao surgimento da ética do trabalho e à presença do puritanismo inglês no surgimento da empresa capitalista. Essa hipótese seria apresentada na obra **A ética protestante e o espírito do capitalismo** (1904).

Com efeito, sem a abolição das interdições ao acesso à riqueza, bem como a exaltação do trabalho, permitindo que todas as classes pudessem exercer o comércio e outras atividades empresariais, -- sem isto não poderia ter surgido a empresa capitalista, outra novidade ocidental.

No desenvolvimento de sua tese, Weber afirma que o dogma da Reforma, segundo o qual o eleito de Deus para a salvação o fora por desígnio insondável de sua própria vontade – “sem qualquer previsão de fé ou boas obras, ou de perseverança em ambas” –, deixara os crentes, entregues exclusivamente a si mesmos, numa “inacreditável solidão eterna”. A esse respeito, escreve: ‘No que era, para o homem da época da



Reforma, a coisa mais importante da vida --sua salvação eterna-- ele foi forçado a, sozinho, seguir seu caminho no encontro de um destino que lhe fora designado na eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo. Nenhum sacerdote, pois o escolhido, só por seu próprio coração, podia entender a palavra de Deus. Nenhum sacramento, pois embora os sacramentos houvessem sido ordenados por Deus para aumentar sua glória, devendo assim ser escrupulosamente observados, não são meios de obtenção da graça, mas apenas os **externa subsidia** objetivos da fé. Nenhuma Igreja (...) Finalmente, nenhum Deus. (...) Isto --a completa eliminação da salvação através da Igreja e dos sacramentos (que no luteranismo não foi de modo algum desenvolvido até suas condições finais)-- era o que constituía a diferença absolutamente decisiva entre o calvinismo e o catolicismo." (tradução brasileira editada pela Pioneira, p. 72).

A questão de saber se se devia considerar entre os escolhidos para a salvação --inexistente para o próprio Calvino-- iria não só se transformar na razão de existir dos convertidos como faria nascer uma atitude nova em face da vida. O sentido da existência, como projeto integral e indivisível, é inteiramente reconquistado pela Reforma, notadamente a partir de Calvino.

Dizendo-o tecnicamente, o famoso problema teodicênico que os católicos nunca conseguiram resolver satisfatoriamente --compreendido como resposta à pergunta acerca da passagem do homem pela vida terrena-- encontra uma solução nova e que de fato incendeia a imaginação dos crentes. Em resumo, a questão assim se formula: existindo o mundo tão somente para glorificação de Deus, a conduta ditada pela verdadeira fé seria aquela que se aplicasse na realização de obras verdadeiras. Estas não compram a salvação, mas são o meio técnico apto a revelar, pelo sucesso que venham a alcançar, os eleitos de Deus.

Deste modo, a ética protestante dá nascimento a uma nova atitude diante do trabalho. Este passa a associar-se à noção de vocação, de missão a realizar. No seu livro, Weber toma, como ponto de partida, justamente, um texto de Benjamin Franklin que, num outro contexto, fora do ambiente criado pelo protestantismo, seria encarado como simples manifestação de avareza e nunca como um padrão de comportamento a ser seguido e imitado.

No desenvolvimento dessa problemática, a pregação de Richard Baxter (1615-1691) de certa forma radicaliza tal postura ao dizer que a religião protestante recomenda trabalho e poupança. Ao fazê-lo está indicando expressamente aos seus seguidores que enriqueçam pois, na verdade, só assim saberão se de fato estão no bom caminho. Aquele que tenha sido de fato escolhido por Deus nunca se valerá da riqueza para aderir ao ócio. Mais expressamente: só colocando a tentação diante de si saberá o verdadeiro crente as disposições da divindade. Eis como Weber apresenta a questão:

"A riqueza, dessa forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada. A parábola do servo que foi desaprovado por não ter aumentado a soma que lhe foi confiada serve para expressar isso diretamente. Querer ser pobre, como repetidas vezes se disse, equivalia a querer ser doente, era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho e derogatório à glória de Deus. Especialmente a mendicância dos capazes de trabalhar não constitui apenas um pecado de preguiça, mas ainda, de acordo com a palavra do apóstolo, uma violação do dever de amor ao próximo" (ed. cit., p. 116).

Adiante Weber cita esta exortação de Baxter: "Temo que, toda vez que a riqueza aumenta, a religião diminui na mesma medida. Não vejo, daí, como é possível, na natureza das coisas, conservar durante muito tempo qualquer revivência da verdadeira religião. Porque a religião deve, necessariamente, produzir tanto a operosidade (**industry**) como o senso de economia (**frugality**), e essas só podem produzir riqueza. Quando esta aumenta, crescem o orgulho, a paixão e o amor ao mundo em todas as suas formas. Como será então possível, ao metodismo, isto é, a uma religião do coração, continuar sendo sentido, por mais que agora esteja a florescer como uma árvore nova? Os metodistas tornaram-se laboriosos e econômicos em toda parte; conseqüentemente, aumenta a sua riqueza. E, proporcionalmente, crescem neles o orgulho, as paixões, os apetites da carne e do mundo, e a soberbia da vida. Assim, embora permaneça a forma da religião, seu espírito rapidamente se desvanece. Não haverá algum meio para evitar essa decadência da pura religião? Não devemos deixar de recomendar às pessoas que sejam laboriosas e econômicas. **Devemos exortar todos os cristãos a ganhar tudo o que for possível, e a economizar o máximo possível; isto é, em outras palavras, a se enriquecerem**" (ed. cit., p. 126).

## LEITURA COMPLEMENTAR

### FATORES CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os resultados práticos alcançados pela ciência política na mensuração e certos comportamentos sociais --exemplo: as pesquisas eleitorais-- criaram um clima hostil, notadamente nos Estados Unidos, aos estudos de processos nos quais não se pudesse introduzir a medida.

Representando evidente empobrecimento do saber, deveria suscitar saudável reação, como de fato aconteceu. A oportunidade para fazê-lo adviria da magnitude assumida pelas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, a partir do último pós-guerra. A circunstância se deve ao fato de que se tenha difundido amplamente a teoria segundo a qual poderia ser universalizada a modernização econômica e a incorporação das diversas nações ao núcleo dos países desenvolvidos. A teoria em causa, denominada de take off, era devida a Rostow (*The Stages of Economic Growth*, Cambridge, 1960), segundo a qual o desenvolvimento econômico resultaria da passagem da sociedade tradicional à transnacional - quando a economia é acoplada aos pólos dinâmicos - graças ao impulso inicial (*take-off*) que leva à maturidade. O Banco Mundial destinou recursos vultosos a tal objetivo, durante os quarenta anos iniciais do pós-guerra, sem resultados visíveis, salvo promover o enriquecimento de alguns sobas africanos e elevar o nível da violência entre sociedades tribais, tornando-lhes acessíveis armamentos modernos. Em contrapartida, surgiram os chamados Tigres Asiáticos (Taiwan, Cingapura, Hongkong e Coréia do Sul). Entre 1980 e 1993, a Coréia registrou crescimento do PIB em média de 9,1% ao ano, alcançando renda per capita de US\$ 10 mil e distribuição de renda razoável. Nas crises pelas quais tem passado o Ocidente, no período recente, teria oportunidade de demonstrar a sua pujança econômica, recuperando-se com relativa rapidez. Fenômeno idêntico ocorreu nos demais. Confrontados os resultados indicados com o fiasco do Banco Mundial praticamente em todo o mundo subdesenvolvido, tornava-se patente que o capitalismo não era dado a todos. E muito menos o sistema democrático-representativo. De que dependeriam, afinal, essas duas grandes conquistas da sociedade ocidental? Americanos e ingleses, ao invés de lançar-se a uma tremenda discussão teórica, como era de esperar, trataram de conceber esquemas de pesquisas que pudessem responder àquelas indagações. Sem pretender balanceá-las exaustivamente, procurarei ater-me ao que considero essencial.

### **Os Tigres Asiáticos e a moral confuciana**

Para desenvolver pesquisas sobre o que denominou de "cultura econômica", Peter Berger - o festejado autor de *A revolução capitalista* - criou na Universidade de Boston o Institute for the Study of Economic Culture. O conjunto das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto foram resumidas na obra *The Culture of Entrepreneurship* (San Francisco, ICS Press, 1991). Abrangeram várias partes do mundo. Neste tópico, registrarei os resultados relativos aos Tigres Asiáticos.

A primeira constatação do Instituto consistiu em dar-se conta de que a liderança dos empreendimentos estava em mãos dos chineses. Segundo

dados divulgados pelo Instituto Internacional de Geopolítica, acerca do que veio a ser denominado de diáspora chinesa - fuga do país depois da vitória dos comunistas -, nos primeiros anos da década de noventa havia no Sudeste Asiático 21 milhões de chineses (sem contar Taiwan e Hongkong), achando-se as maiores concentrações na Indonésia (6 milhões), Tailândia (5 milhões) e Malásia (5 milhões), correspondendo respectivamente a 4%, 10,3% e 33,3% das populações daqueles países. Em Cingapura, os chineses são mais de 70% (1,9 milhões). Os chineses emigrados para os Estados Unidos, no mesmo período, são 2 milhões; 450 mil para o Canadá e 300 mil para a América Latina. A Europa recebeu 550 mil.

No Sudeste Asiático, em cerca de três décadas, os chineses passaram sucessivamente da agricultura para o comércio e deste para a indústria e o sistema financeiro.

Naquela região (ainda com exclusão de Taiwan e de Hongkong), mais de cem bancos são inteira ou parcialmente controlados por chineses da diáspora. Banqueiros chineses sediados em Cingapura encontram-se entre os maiores do mundo. Chineses da diáspora detêm entre 60 e 70% do capital privado da Indonésia e da Malásia e pelo menos 90% dos investimentos industriais na Tailândia. A mesma gente formou cerca de 60 conglomerados, cada um faturando anualmente alguns bilhões de dólares. Tomados em conjunto, os chineses da diáspora e os de Taiwan e Hongkong respondem por 50% do conjunto dos investimentos estrangeiros realizados na China Continental desde a abertura desta para o exterior. Estima-se em US\$ 25 bilhões os investimentos fixos que haviam realizado na antiga pátria até 1994.

O Instituto de Peter Berger montou uma vasta pesquisa para entrevistar essa liderança chinesa nos diversos países e não apenas no Sudeste Asiático. Verificou-se de pronto uma distinção básica entre a nossa moralidade ocidental e as dos chineses. Esta é basicamente de natureza familiar. Assim, encaminham o inquérito na direção das famílias. A conclusão central é de que as diversas famílias teriam em comum a religião de Confúcio, tornando-se patente que esta favorece a acumulação capitalista e o espírito empresarial. Do conjunto da investigação efetivada, o Instituto para o Estudo da Cultura Econômica extrai esta conclusão: "Não há desenvolvimento sem empresários; não há empresários sem grandes mudanças de ordem moral; não há moral sem religião." Assim, faltou à África, de um modo geral, bem como aos outros países asiáticos, uma base moral compatível com o desenvolvimento econômico.

Esclareça-se que os relatórios do mencionado Instituto não minimizam o papel das políticas públicas no desenvolvimento dos Tigres Asiáticos. Mas destaca também que o Estado somente interferiu no processo para ajudar aos empresários, não tendo absorvido funções na esfera produtiva, como se deu no Brasil. Em segundo lugar, a formação de

gigantescos conglomerados empresariais veio a ser encarada como algo digno de aplausos e estímulos, com a compreensão de que o capitalismo se faz com grandes empresas. E, finalmente, criaram-se todas as facilidades para o acesso à tecnologia.

Assim, o Estado não atrapalhou. Mas não teria a virtude de dar nascidouro ao empresariado, o que se explica, como vimos, por componentes de ordem moral.

### **Outros estudos de idêntica índole**

Na esteira do novo ambiente criado nos Estados Unidos com as pesquisas do tipo da descrita, o controvertido autor da tese do "fim da história", Francis Fukuyama, publicou um novo livro - *Confiança. As atitudes sociais e a criação da prosperidade* ( *Trust. The social virtues and the creation of prosperity*. Free Press, 1995), no qual procura aprofundar a

discussão em torno da moralidade social básica e a sua relação com o desenvolvimento econômico. Como elo favorecedor da prosperidade, destaca a existência de confiança mútua, isto é, a expectativa de uma comunidade quanto ao comportamento regular, honesto e cooperativo de seus membros. A partir dessa premissa agrupou várias nações segundo níveis de confiança.

Para esse fim, confrontou a moral chinesa com a japonesa, sugerindo que esta última facilita a transferência da gestão familiar para a profissional, que lhe parece condição da prosperidade sustentada. Suas conclusões estão estribadas na distinção entre capital humano - que pode ser formado pela educação - e capital social, apoiado em hábitos consolidados pela tradição que dificilmente podem alterar-se. Distingue também virtudes sociais de virtudes familiares. Embora a família seja uma instituição essencial na sociedade - justificando-se as preocupações do Ocidente com os fatos que vêm afetando a sua estabilidade - pode suscitar preferências que se têm revelado funestas para a atividade empresarial.

Tratando-se de uma investigação que se pretende científica - passível portanto de refutação - Fukuyama avança algumas hipóteses quanto à consistência do capitalismo nos países que estudou. Exemplos de baixo nível de confiança seriam Taiwan e Hongkong, no Oriente, e França e Itália no Ocidente. Os indicadores que expressariam esse fato seriam pequeno número de grandes empresas, baseando-se a atividade econômica em firmas médias e pequenas, a par da presença do Estado na economia. A Coreia tem uma situação ambígua pela influência simultânea de tradições chinesas e japonesas. O Japão seria o país do Oriente com altos níveis do mencionado ingrediente (confiança mútua), seguindo-se, no Ocidente, a Alemanha e os Estados Unidos. Se Fukuyama tiver razão, a China não superaria a barreira do subdesenvolvimento; ou melhor, os setores

fundamentais, onde imprescindível se torna a presença de grandes empresas, não poderão prescindir do Estado, estando assim condenados à derrota na concorrência com eficientes multinacionais japonesas, americanas ou alemãs.

Fukuyama não aceita definições genéricas de cultura, sem destacar em seu seio variáveis que pudessem ser investigadas por métodos baseados na quantificação. Para nortear a pesquisa que efetivou, adota esta definição: a cultura é constituída de hábitos morais herdados. Não consiste portanto numa escolha racional; nem por isto quer defini-la como irracional, esclarece. seria a-irracional. Avançando na hipótese acrescenta que diferentes tipos de hábitos morais conduzem a formas alternativas de organização econômica. Nem todos, entretanto, contribuem para a formação do capital social de que depende a prosperidade.

Outra pesquisa que aponta para a presença da valoração moral na possibilidade de conquista do desenvolvimento econômico seria dirigida por Richard Lynn, da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte. Formou grupos homogêneos em países que haviam registrado progresso econômico no último pós-guerra e buscou estabelecer correlação matemática entre desenvolvimento econômico e certos valores. Naqueles países que alcançaram os mais altos níveis de desenvolvimento, sustentado por prazos mais dilatados, os valores mais apreciados eram a capacidade de competir e, subsidiariamente, o significado do dinheiro.

As pesquisas realizadas pelas equipes dirigidas por Richard Lynn, bem como a demonstração da consistência das correlações matemáticas que estabeleceu, foram resumidas no livro *The Secret of the Miracle Economy; different national attitudes to competition and money* (London, Social Affairs Unit, 1991).

### **A redescoberta de Weber**

Como não poderia deixar de ser, a reviravolta nos estudos relacionados ao desenvolvimento econômico trouxe grande atualidade às hipóteses de Max Weber (1864/1920) relativas ao aparecimento do capitalismo. Para bem fixar do que se trata, recorro aqui, Weber indicou que os protestantes haviam dado uma solução original ao chamado "problema teodiceico" (afinal, o que estamos fazendo aqui na terra, fixando um lugar na vida eterna, como queriam os teólogos medievais?) ao indicar que aos homens incumbia realizar uma obra digna da glória de Deus, sem atribuir-lhe méritos quanto à salvação. Assim, a revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos não resultou de qualquer projeto racional.

Desde os fins do século passado, generaliza-se a hipótese de que o capitalismo seria uma etapa transitória no desenvolvimento social, devendo ser substituído pelo socialismo, graças a uma decisão racional. Como essa

idéia acabou apropriada por um país (a Rússia) de tradição despótica oriental, o projeto transformou-se no comunismo, tornado álibi para perpetuação e expansão do império. Enquanto durou essa trágica experiência, trouxe ao Ocidente (para o aspecto que nos interessa) certo arrefecimento do interesse pela obra de Weber.

A novidade da fase recente que aqui pretendemos caracterizar consiste justamente na retomada de suas premissas e descobertas. As pesquisas do Instituto para o Estudo da Cultura Econômica têm contribuído no sentido de chamar a atenção para a componente moral do desenvolvimento, o que se viu obscurecendo neste pós-guerra, tanto pela propaganda comunista como pela rigidez na busca da mensuração, de parte da ciência política norte-americana. Em conseqüência, readquire pleno vigor o pensamento de Max Weber, notadamente os seus estudos relacionados à religião, em especial *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

No livro traduzido ao português com o título de *Da Reforma às Luzes* (ed. Inglesa, 1972), o erudito britânico Trevor Roper resume deste modo as pesquisas recentes acerca do mencionado tema de Weber:

"Sem dúvida, os empresários do século XVI são com freqüência calvinistas, mesmo os que gravitam nas cortes de príncipes luteranos da Dinamarca e Suécia. É verdade também que o banco de Hamburgo foi criado por calvinistas holandeses.

Mas os empresários calvinistas têm ainda um outro traço comum: praticamente todos são emigrantes. Nenhum dos empresários ativos de Genebra é de origem suíça. Com freqüência vêm de províncias flamengas sob tutela espanhola.

Na própria Holanda, a prosperidade está associada a empresários flamengos. De igual modo, também o mundo dos negócios de Hamburgo é dominado por holandeses de origem flamenga. Quanto aos empresários católicos de Colônia ou da Holanda, vêm geralmente de Anvers ou de Liège."

E, prossegue: "Assim, os empresários do século XVI são freqüentemente calvinistas - vêm quase sempre da Flandres calvinista - mas têm em comum o fato de que são emigrantes, oriundos na maioria dos casos dos grandes centros industriais e comerciais do século XV: Augsburg, Anvers, Liège, Come, Luiques, Lisboa (neste último caso sempre judeus e não calvinistas)."

A conclusão a que quer chegar é esta: antes de se converter ao calvinismo, as mentes dos empresários que impulsionaram o nascedouro do capitalismo na Europa foram influenciados pelas idéias de Erasmo (1469/1563). Se bem que pela crítica a Roma haja pavimentado o caminho

de seu contemporâneo Lutero (1483/1546), não o acompanhou na reforma e até a condenou no livro *De Líbero Arbitrio* (1523).

Deste modo, a obra seminal de Weber é não apenas tomada como referência para o estudo de questões contemporâneas, como a própria tese é reinvestigada e confirmada.

## **FILME**

### **TEMPOS MODERNOS**

Filme clássico de Charles Chaplin, produzido em 1936 nos Estados Unidos. Tem a participação de atores que estiveram presentes na maioria dos seus filmes, como Paulette Goddard. Tempo de exibição: 85 minutos.

O filme tenta reproduzir, de forma caricatural, dois fenômenos reais: a Depressão dos anos 30, quando milhares de trabalhadores ficaram desempregados, e os novos métodos produtivos, denominados de "sistema Taylor". Esse sistema permitia a incorporação sucessiva de novos operários, em geral provenientes do meio rural (e da emigração), sem maiores graus de instrução. Consistia em subdividir as operações de modo que cada operário executasse número limitado delas, passíveis de serem cronometradas e, por esse meio, media-se a produtividade individual.

Embora se trate de uma caricatura, o filme expressa de modo adequado a problemática relacionada à Revolução Industrial. Esta concentrou, em número limitado de estabelecimentos, grande número de operários. Surgiram assim as cidades modernas.

Progressivamente, os operários passaram a lutar por melhores condições de trabalho e segurança contra eventualidades do tipo da chamada "Grande Depressão". Como se sabe, o sistema capitalista reagiu criando institutos capazes de assegurá-lo, a exemplo do seguro-desemprego, da aposentadoria, etc. Quanto às condições de trabalho, surgiu uma disciplina denominada engenharia industrial (ou mecânica) que se ocupou de desenhar máquinas que tivessem em vista o bem-estar do operador. No que se refere ao sistema Taylor, evoluiu na direção do que se tem denominado de QTC (em português Controle de Qualidade Total), que considera a necessidade de o operário sentir-se identificado com a empresa



em que trabalha. De um modo geral, onde o sindicalismo amadureceu plenamente, desenvolveram-se diversas formas de parcerias entre empregados e empregadores, circunscrevendo a disputa em torno da divisão dos resultados (participação nos lucros). Conjuntamente (através dos sindicatos), ou de modo isolado, os operários também se tornaram acionistas das empresas, ali onde o mercado acionário desenvolveu-se plenamente, o que não é o caso do Brasil.

A oferta de vídeos, quase universalmente substituídos pelos CD, relacionados à Revolução Industrial, é limitada entre nós. A Enciclopédia Britânica produziu alguns, focalizando determinados aspectos, mas a sua comercialização não se dá através do sistema existente (distribuidoras de em forma de aluguel, ou venda em bancas de jornais), requerendo contato direto. O filme *Germinal*, baseado na obra clássica de Emile Zola (1840-1902), que focaliza a vida dos mineiros franceses em fins do século passado, não veio a ser comercializado em forma de vídeo ou CD.

## **EXERCÍCIO**

1. Qual seria a mudança social determinante da nova valorização do Ocidente e em que consiste esta.
2. Como definiria a ética do trabalho e a que se contrapõe precisamente.